



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ISO 9001

RELATÓRIO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

SÃO PAULO URBANISMO (SP-Urbanismo)

2018

IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO

Interessado: São Paulo Urbanismo (SP-Urbanismo).

Assunto: Relatório Anual de Fiscalização do Exercício de 2018.

Responsável: José Armênio de Brito Cruz.

Relator: Conselheiro Domingos Dissei.

Subsecretário de Fiscalização e Controle: Lívio Mário Fornazieri.

Equipe Técnica:

Ayrton Neiva Jr	Coordenador Chefe de Fiscalização e Controle VII.
Ricardo dos Santos de Souza	Supervisor de Equipes de Fiscalização e Controle 13.
Pierre José de Luna Maria	Agente de Fiscalização.
Camila Alexandra M. Baldresca	Agente de Fiscalização.



assumidos, evidenciando a dificuldade da empresa em honrá-los com recursos próprios. (grifos nossos).

Trata-se de questão similar à abordada no subitem **6.8 (5.2.1.b)** retro, razão pela qual se remete aos mesmos argumentos lá apresentados.

Situação Atual: **Atendida.**

5.2.2.a - Necessidade da SP-Urbanismo buscar alternativas, a fim de sanar a inadequação entre o montante de receitas auferidas e os compromissos assumidos, fato que tem gerado perdas operacionais e consequente agravamento da situação patrimonial da empresa. (grifos nossos).

Por ter um conteúdo equivalente ao da determinação do subitem **6.8 (5.2.2.a)** retro, considera-se prejudicada esta determinação.

Situação Atual: **Prejudicada.**

6.10. Situação das Determinações referentes às Contas de 2016

5.1.1.1. Justificar o pagamento de títulos vencidos há mais de 90 dias à Caixa Econômica Federal (CEF), mesmo com inscrição no Cadastro Informativo Municipal (CADIN Municipal), contrariando o que dispõe o art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal 47.096/2006. (grifos nossos).

Segundo relatório fornecido pela SP-Urbanismo, entre setembro de 2015 e janeiro de 2017 foram pagos à Caixa Econômica Federal aproximadamente R\$ 3,6 milhões no âmbito do contrato 0541435000, mesmo esta estando inscrita no Cadastro Informativo Municipal (CADIN).

Os pagamentos foram realizados contrariando o art. 3, inciso II do Decreto que assim dispõe:

A existência de registro no CADIN MUNICIPAL impede os órgãos e entidades da Administração Municipal de realizarem os seguintes atos, com relação às pessoas físicas e jurídicas a que se refere:

II - repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;

O contrato em questão tinha como objeto a prestação dos serviços de assessoramento técnico na atividade de análise e acompanhamento de obras e serviços de engenharia, bem como analisar, acompanhar e fiscalizar a efetiva aplicação dos recursos auferidos na emissão dos CEPAC's, vinculados às Operações Urbanas Consorciadas Água Espreada, Água Branca e Faria Lima.

A SP-Urbanismo, à época, por meio de parecer de sua área jurídica, justificou os pagamentos sob a tese do interesse público envolvido, haja vista se tratar da operacionalização das



Operações Urbanas Consorciadas, as quais compreendem um conjunto integrado de intervenções coordenadas pela PMSP e visam a melhoria e valorização ambiental das áreas de influência.

Ainda argumenta que reter os pagamentos de prestação de serviço já realizada poderia configurar o enriquecimento ilícito da Administração Pública e ofender o princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade.

Ademais, aponta para a solidez da CEF e transcreve Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo¹⁸ que julga procedente a arguição de inconstitucionalidade do art. 3º do inciso II da Lei nº 14.094/05, que é a base do art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal nº 47.096/2006, objeto do apontamento em questão.

Em que pese à argumentação da empresa atendendo à determinação de apresentar justificativa para os pagamentos, tal fato não suprime a infringência apontada. Desta forma, a SP-Urbanismo deve buscar junto à PMSP o respaldo formal para o afastamento do cumprimento do art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal nº 47.096/2006 nos casos em que houver similaridade com o apontado.

Situação atual: **Atendida.**

5.1.2.1. Reavaliar a classificação dos investimentos para fins de apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) de acordo com o art. 188, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal 6.404/1976, bem como as exigências contidas no item 7 da NBC TG 03 (R3) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (grifos nossos).

Conforme se observou na apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa do exercício de 2018, a SP-Urbanismo atendeu de forma parcial a Determinação, haja vista que passou a dar tratamento de equivalente de caixa aos seus saldos disponíveis em conta de aplicações financeiras. Tais aplicações possuem conversibilidade imediata, estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, uma vez que estão alocadas em títulos de renda fixa, e possuem o condão, apenas, de não deixar os recursos sem rendimento em conta-corrente, estando disponíveis para atender os compromissos de curto prazo.

O mesmo tratamento não tem sido aplicado aos recursos constantes nas aplicações financeiras de terceiros operacionalizadas pela SP-Urbanismo (Mobiliário Urbano e Operações Urbanas), as

¹⁸ Acórdão do Processo nº 0020174-45.2014.8.26.0000 da 13ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo.